e pelo patrocínio das obras de restauração da Sala Bernardelli, no Museu Nacional de Belas Artes, e ainda a doação dos equipamentos de refrigeração e de iluminação para aquela sala. O Conselho aprovou unanimemente os votos propostos. O presidente anunciou ser a próxima reunião, por seu número significativo – a Centésima –, merecedora de uma comemoração especial, tendo, em princípio, marcada a data, digo, marcado a data de sua realização para 28 de fevereiro próximo. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão da qual eu, Maria Eugênia Corrêa Lima, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata, que subscrevo juntamente com o presidente, demais ~~membros~~ do Conselho e do seu secretário.

Ata da Centésima reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Secretaria da Cultura, realizada em onze de março de mil novecentos e oitenta e três.

Às dezesseis horas do dia onze de março de mil novecentos e oitenta e três no

Salão Portinari, localizado no segundo andar do Palácio da Cultura, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a Presidência do Senhor Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, sendo Secretário o Senhor Iraponan Cavalcanti de Lyra, estando presentes os Conselheiros Pedro Calmon, Hex. Justo Lucas, Eduardo Frieiro de Mello, Gerardo Britto Raposo da Camara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Alcidio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Lourenço Luiz Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Solon Leontsinis, em substituição ao Diretor do Museu Nacional, ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Alfredo Galvão, Gilberto Ferrez e José Ephim Mindlin. Presentes também, a convite do Secretário da Cultura, os Senhores Sérgio Mário Pasquali, Secretário Geral do MEC, Lucio Costa, José de Souza Reis, Alcides da Rocha Miranda, Renato Soeiro, Edgard Jacinho, Rafael Carneiro da Rocha, Edson Maia, Lucas Mayerhofer, Arthur Cesar Reis, Antonio Joaquim de Almeida, Roberto Lacerda, José Ferrão, Augusto Carlos da Silva Telles e as Senhoras Graciema Mello Franco, Solange Magalhães, Lygia Martins Costa, Lygia Fernandes e Judith Martins. Convidados também, porém ausentes por motivo justificado, os Senhores Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Luiz Jardim, Paulo F. Santos, D. Clemente Maia da Silva Nigra, Mario Barata, Joaõ José Rescala, Godofredo Rebello de Figueiredo Filho, Diógenes Rebouças, José Antonio Gonçalves de Mello Neto e Gilberto Freyre. O Presidente declarou aberta a sessão comunicando que ela seria realizada em duas partes: a primeira, em que a submeteria ao Conselho os assuntos constantes da Ordem do Dia, e a

segunda, de caráter comemorativo. Apresentando o novo Conselheiro, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, destacou, entre as muitas atividades constantes do respectivo currículo sua formação humanística, suas atividades envolvendo a crítica literária e a vida universitária, seu conhecimento na área específica de desenvolvimento regional, sua carreira ascendente na administração pública e seus vários livros publicados. O Conselheiro agradeceu a honra da indicação dizendo ser este, entre os Conselhos dos quais já participou ou participa, o que mais o motivou, ao qual espera dar uma contribuição e em cujo convívio porém deverá receber lições muito mais fecundas. Prosseguindo na Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Alcides Hafra de Souza, relator do Processo nº — 1.075-T-82, referente à casa à Rua Gago Coutinho s/nº. Palácio das Laranjeiras no Rio de Janeiro. Após discorrer sobre as características do imóvel, o apuro com que foi construído e o valor artístico dos objetos e mobiliários que o integram, além do exemplar trabalho de restauração nele realizado, o Conselheiro concluiu pelo tombamento, recomendando que se adotem medidas de caráter urbanístico que venham preservar não somente o Palácio como também sua ambientação. O voto do Relator foi unanimemente aprovado pelos demais Conselheiros. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Hans Justo Gueas, Relator do Processo nº 439-T-50, relativo às ruínas do Engenho Murutucu, em Belém, Pará. O Relator esclareceu tratar-se de bem tombado em 1981 estando em exame a solicitação encaminhada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, de exclusão do Sgarapé de Murutucu do conjunto tombado. Após se referir ao parecer da área técnica da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional, que delimitou a área tombada, declarou o Conselheiro, concordar com os limites fixados, salvo quanto à exclusão do Igarapé, por parecer-lhe fundamental sua preservação como elemento básico de qualquer antigo engenho. Desta forma, recomendou o Relator que as duas ruas paralelas que saem da estrada em direção ao Igarapé atravessem o seu curso até encontrar a margem oposta e que o polígono seja fechado por esta margem oposta do Igarapé, conforme planta nº 2 (pag. 104 do Processo), ficando bem entendido que a EMBRAPA tem plena liberdade de utilizar a água do Igarapé a seu inteiro critério, não podendo, apenas, alterar o seu curso no trecho tombado. O Conselho aprovou o parecer por unanimidade. Submetido à apreciação do Conselho o volume IV do processo seguinte, de nº 809-T-68, referente a saída do país de obras de arte pertencentes ao Museu de Arte de São Paulo, MASP e a coleções particulares, o Presidente cedeu a palavra ao Relator, Conselheiro Gerardo Britto Raposo da Câmara. O Conselheiro esclareceu tratar-se da realização de exposições de arte brasileira no Museu Nacional de Belas Artes, em Caracas, Venezuela, com participação nas comemorações do Bicentenário do nascimento de Simón Bolívar. Acrescentou que tendo o MASP atendido às exigências básicas de proteção ao acervo e em razão ainda da oportunidade de divulgação de manifestação cultural do Brasil e da aproximação dos povos americanos, votou pela concessão de autorização de saída do país das obras referidas no Processo. O voto do Relator foi unanimemente aprovado pelo Conselho. O Processo seguinte, de nº 08/83/SPHAN, referiu-se ao empréstimo de peças do acervo do Museu Histórico Nacional, Nacional de Belas Artes e Imperial ao Museu da Abolição. Com a palavra o Relator, Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe, declarou nada ter a opor quanto ao empréstimo das obras

pertencentes ao acervo do Museu Imperial. Com relação ao Museu Histórico Nacional concordou com o empréstimo, salvo no que diz respeito às peças enumeradas de 4 a 8 na informação do Museu, à pag. 26 do Processo, por integrarem coleção doada ao Museu por D. Alice Porciuncula Calmon du Pin e Almeida, tendo ficado estabelecido no ato da doação que a coleção "não poderá ter jamais outro destino" e "não poderá ser desmembrada"; a estatueta sob nº 2. fls 26, o instrumento de suplício nº 16, fls. 28 e a gargalheira do escravo fugido nº 20, fls. 29. do processo, em razão da saída delas vir a empobrecer a exposição do Museu ao qual pertencem; o busto do Conselheiro foi Afredo atribuido a Almeida Reis por se tratar de peça de gesso, portanto frágil. Recomendou mesmo que dele fossem tiradas cópias em bronze, as quais poderiam ser oferecidas a outros museus, como o Imperial e o Instituto Histórico; o prato fundo de porcelana da Companhia das Índias, da coleção do Fº Conde da Ribeira Grande, por estar em exposição e por considerar que não se explica sua relação com a Abolição; com relação à placa adquirida de Dr. Pedro Moniz Barreto de Aragão referida na informação às fls 28 do processo, nada tem a opor ao seu empréstimo, recomendando porém não haver pairar dúvida quanto ao seu retorno ao Museu Histórico Nacional; quanto ao Brasão de Armas do Império, nº 24. às fls 30, não há no processo detalhes sobre a peça. Com relação às peças do Museu Nacional de Belas Artes, desaconselhou o empréstimo das telas Redenção de Cam e Bustos, nada tendo a opor quanto às demais.
O Conselheiro Pedro Calmon pediu a palavra para apoiar em todos os seus termos o parecer do Conselheiro Relator. Referiu-se em especial à coleção Miguel Calmon, do Museu Histórico Nacional, por ter sido ele o autor da comunicação entre a viúva

e o Museu, enfatizando o desejo da doadora de que a coleção não saísse do Museu e não fosse desmembrada. Neste sentido fez um apelo ao Diretor do Museu para que mantivesse à Sala Miguel Calmon o seu título, ao que o Diretor do Museu, Conselheiro Gerardo Britto Raposo da Câmara informou já estar prevista esta ação no plano de obras do Museu. O Presidente colocou o assunto em votação, tendo sido o parecer do Relator aprovado unanimemente. Passou, o Presidente, à segunda parte da sessão, dedicada à comemoração da centésima reunião do Conselho Consultivo e aos 45 anos do primeiro tombamento realizado pela SPHAN, em São João Del Rei. Neste sentido leu o telegrama da Senhora Ministra da Educação e Cultura, saudando o Conselho nos seguintes termos: "Ao ensejo da centésima reunião desse Conselho de tantos e tão assinalados serviços prestados às melhores causas da cultura nacional, quero em nome pessoal e do Ministério da Educação e Cultura homenagear a cada um dos ilustres Conselheiros. Minho presente, de igual sorte, a memória dos insígnes nomes que o compuseram no passado. Atenciosas saudações, Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação e Cultura". O Presidente comunicou, ao ensejo das comemorações sua autorização ao relançamento da revista do Patrimônio Histórico e de dois livros sobre Rodrigo Mello Franco de Andrade: Rodrigo e o Patrimônio Histórico; Rodrigo e a Crítica de Arte. Declarou seu contentamento por terem as presentes comemorações coincidido, de alguma maneira, com as comemorações da elevação de Ouro Preto a Patrimônio Mundial. Agradeceu a presença na reunião, do Senhor Sérgio Hans Pasquali, Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura, destacando ninguém ter sido, até o momento mais amigo, generoso e avalista das posições da Secretaria da Cultura do que ele. Prosseguiu fazendo uma saudação ao Conselho dizendo da extraordinária honra de que se revestia ao presidir um Conselho formado

todos os seus professores de ciência e de vida. Disse com uma satisfação, ao perceber, em suas viagens ao exterior, o respeito internacional ao Patrimônio Histórico. Em seguida saudou os convidados, os que vieram e os que não puderam vir. Lembrou em sua saudação os operários, os carpinteiros, os marceneiros, os homens de luta, os entalhadores, solicitando que todos se sentissem homenageados naquele momento. Convidou então o arquiteto Alcides da Rocha Miranda, ex-funcionário da SPHAN, hoje aposentado, para falar sobre o tombamento em São João Del Rei, Minas Gerais. Dr. Alcides leu alguns dos documentos constantes do processo 68-T-38, referente ao conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del Rei nos quais consta o despacho do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, determinando a inscrição no Livro do Tombo, e, ao qual se segue certificado de que foi inscrito sob o nº 1, fls. 2 do Livro nº 3. Lembrou Dr. Alcides deverem-se ao Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade e ao Dr. Lucio Costa os primeiros critérios técnicos, jurídicos e artísticos que nortearam a ação do Patrimônio Histórico. Recordou que nos primeiros tempos considerava-se o SPHAN um verdadeiro entrave ao progresso, sem se perceber que se estava construindo uma ponte entre a nossa cultura do passado e a do presente, entre o novo e o velho. O Presidente agradece ao Dr. Alcides e cede a palavra ao Conselheiro Pedro Calmon, o qual, na qualidade de decano dos conselheiros presentes, fez também uma saudação em homenagem à data. Lembrou que há 45 anos funciona o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico, o qual, com bravura e desinteresse, sempre cuidou da política de preservação do patrimônio nacional. Encerrou pedindo a Deus que "dê outros tantos e longos anos ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico para que

possa ele continuar firme, desinteressado, retilíneo, altivo e superior, nas suas intenções desligadas dos interesses materiais, tendo em vista os propósitos que o animam na defesa desse nosso minguado e ilustre patrimônio histórico, com o qual se liga vivamente a existência e o esplendor da pátria brasileira". Agradecendo as palavras do Conselheiro, o Presidente cedeu a palavra ao Secretario Geral do MEC, Sergio Mario Pasquali, o qual saudou o Conselho dizendo, entre outras coisas, que diante dos ilustres Conselheiros e convidados presentes seu facil entender o respeito que a Nação tem pelas coisas ligadas ao Patrimonio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual eu, Maria Eugenia Correa Lima, lavrei a presente ata, que subscrevo juntamente com o Presidente, demais membros do Conselho e do seu Secretario. Ressalve-se nas linhas nº 19 a presença do Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, e nº 33 a presença da Senhora Lucia Machado de Almeida. Na linha nº, diga-se, as linhas 19 e 33 referidas constam da página 144 deste livro. Na linha 31 da página 145 onde se lê Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe leia-se Americo Jacobina Lacombe, e na linha 12 da página 144 onde se lê Lourenço Luiz Lacombe leia-se Americo Jacobina Lacombe.

Os marcos. Lapeau

Pedro Calmon
Mario Justo Guedes
Eduardo Kneese de M.
Gerardo B. R. da Câmara
Alcidio M. de Souza
A. J. Lacombe. Americo Jacobina Lacombe
Solar Leontsinis
L. L. Lacombe Lourenço Luiz Lacombe